

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: Diálogos e Intersecções entre História e Educação

Volume 21 | Número 2 | Ano/período: Maio/Agosto 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i2.13768

ISSN: 2763-8804

Reflexões sobre cultura, identidades e cidadania participativa:

um olhar democrático

Lucimary Leiria Fraga ¹  

Ivann Carlos Lago ²  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

FRAGA, Lucimary Leiria; LAGO, Ivann Carlos. Reflexões sobre cultura, identidades e cidadania participativa: um olhar democrático. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 2, p. 105-126, abri/set 2022.

Recebido em: 08/08/2022 | Aprovado em: 30/08/2022 | Publicado em: 19/09/2022

¹ Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Bolsista integral PROSUC/CAPES. Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). Mestra em Direito (URI), Campus de Santo Ângelo. Bacharela em Direito (URI) Membro do Grupo de Pesquisa Novos Direitos em Sociedades Complexas, vinculado ao Programa Stricto Sensu Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus de Santo Ângelo-RS (CNPQ). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentação crítica dos Direitos Humanos (UNIJUÍ). Pesquisa temas relacionados a mulheres Trans, identidades e direito à diferença. E-mail: lucimary23@hotmail.com.

² Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - (2001), mestrado (2005) e doutorado (2010) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Reflexões sobre cultura, identidades e cidadania participativa: um olhar democrático

Resumo

Este ensaio teórico visa, por intermédio da perspectiva democrática, compreender os processos culturais e identitários, os quais, diuturnamente, tornam a sociedade complexa e diversa. Ainda, visa por meio de uma discussão voltada a um tom político, cultural e democrático, compreender os processos de desenvolvimento humano e social, analisando, nesse momento, a importância da cidadania participativa, não apenas nos processos de tomada de decisão, mas, igualmente, nas demais esferas sociais. A investigação científica possui como base o método hipotético-dedutivo, e centra sua abordagem na perspectiva qualitativa e no procedimento de cunho bibliográfico. Por fim, resta evidente que os processos de cidadania participativa, os quais enfrentam no período atual imensa resistência por parte do Poder Executivo, são, sem sombra de dúvidas, importantes ferramentas de mudança e desenvolvimento social e humano, haja vista se pautar o ideal de cidadania plena, dos direitos humanos e da democracia.

Palavras-chave: Cultura; identidades; cidadania participativa; democracia.

Reflections on culture, identities and participatory citizenship: a democratic view

Abstract

This theoretical essay aims, through the democratic perspective, to understand the cultural and identity processes, which, day by day, make society complex and diverse. It also aims, through a discussion focused on a political, cultural and democratic tone, to understand the processes of human and social development, analyzing, at that moment, the importance of participatory citizenship, not only in decision-making processes, but also, in other social spheres. Scientific investigation is based on the hypothetical-deductive method, and focuses its approach on the qualitative perspective and on the bibliographic procedure. Finally, it is evident that participatory citizenship processes, which face immense resistance from the Executive Power in the current period, are, without a doubt, important tools for social and human change and development, given the ideal of full citizenship, human rights and democracy.

Keywords: Culture; identities; participatory citizenship; democracy.

Reflexiones sobre cultura, identidades y ciudadanía participativa: una mirada democrática

Resumen

Este ensayo teórico pretende, a través de la perspectiva democrática, comprender los procesos culturales e identitarios que, cotidianamente, hacen que la sociedad sea compleja y diversa. También pretende, a través de una discusión centrada en un tono político, cultural y democrático, comprender los procesos de desarrollo humano y social, analizando, en este momento, la importancia de la ciudadanía participativa, no sólo en los procesos de toma de decisiones, sino también en otras esferas sociales. La investigación científica se basa en el método hipotético-deductivo, y centra su enfoque en la perspectiva cualitativa y en el procedimiento bibliográfico. Por último, sigue siendo evidente que los procesos de ciudadanía participativa, que enfrentan en el período actual una inmensa resistencia por parte del Poder Ejecutivo, son, sin lugar a dudas, importantes herramientas de cambio y desarrollo social y humano, dado que se basan en el ideal de ciudadanía plena, derechos humanos y democracia.

Palabras clave: Cultura; identidades; ciudadanía participativa; democracia.

Entrelaçar à análise cultura, identidades e cidadania participativa é tarefa complexa e, por esta razão, não se pretende, neste ensaio teórico, esgotar a temática. Tem-se por intuito, inicialmente, compreender alguns elementos atinentes as distintas culturas existentes na sociedade, bem como os processos identitários que se inter-relacionam a este contexto.

Em um segundo momento, já adentrando na seara político-cultural, busca-se compreender, sob a perspectiva da cidadania participativa, aspectos essenciais para que se vislumbrem os processos de desenvolvimento humano e social. Neste contexto, se busca analisar a importância da participação dos indivíduos, não somente nos processos de tomada de decisão, mas, ao mesmo tempo, em todas as esferas sociais, no intuito, também, de fomentar a democracia, a cidadania, e a salvaguarda dos direitos elencados junto à CF.

Diz-se isso em razão de que, em tempos permeados pelas sombras do neoliberalismo, se faz necessária uma maior atuação cidadã, a fim de coibir práticas de exclusão e invisibilidade.

A investigação científica possui como base o método hipotético-dedutivo, e centra sua abordagem na perspectiva qualitativa e no procedimento de cunho bibliográfico. Por fim, resta evidente que os processos de cidadania participativa, os quais enfrentam no período atual imensa resistência por parte do Poder Executivo, são, sem sombra de dúvida, uma das mais extraordinárias ferramentas de mudança social e humana, haja vista se pautarem no ideal de cidadania plena, dos direitos humanos e da democracia, direitos estes que necessitam ser salvaguardados e efetivamente concretizados a todos, sem distinção.

Cultura e identidades em pauta

Como campo em disputa, a temática da cultura, das identidades e da cidadania, avança como demanda inerente às relações humanas e sociais, provocando, como consequência, movimentos de conflitos, reconhecimentos e afirmações daquilo que se vislumbra enquanto diferença entre os sujeitos e grupos, assim como passa a fazer parte destas análises, as demandas oriundas destes movimentos.

Sendo assim, é na complexidade das relações humanas que Machado (2002, p. 31) defende a ideia de que a teoria sobre cultura seja substituída pela ideia de “culturas”, contemplando assim a pluralidade dos distintos grupos que compõem a sociedade, os quais não se centram em um só modelo. Na mesma direção, abarca, igualmente, a noção de que um mesmo sujeito demanda diferentes manifestações e representações culturais ao longo de sua vida e/ou nos distintos grupos sociais em que circula, haja vista a pluralidade cultural existente.

É neste contexto de significados que Machado (2002, p. 31) vislumbra o surgimento da perspectiva multicultural, sendo a sociedade marcada por uma diversidade de culturas que evidenciaria

a pluralidade existente nos grupos sociais. Significa, entre outras questões, a valorização da heterogeneidade social, onde se faz necessário a rejeição de qualquer mecanismo discriminatório contra grupos e suas manifestações e/ou decisões.

Nesta seara cumpre trazer ainda à compreensão que, como defendem Lucas e Cenci (2014, p. 85-87), o paradoxo decorrente das relações entre sociedade e sujeito, seria assim definido pelos jogos ambivalentes resultantes de elementos caracterizados pela “aproximação e afastamento”, “poder e exclusão”, “justaposição e negação”, considerando as ligações de dependência e autonomia manifestadas dentro de uma esfera sempre permeada pela diferença.

É nesta visão que a identidade assumiria uma dimensão variável e capaz de produzir variações e elementos que de forma não engessada se processariam de maneira que possibilitaria modificações que, influenciadas por contextos, historicidades e temporalidades, elaborariam e se reelaborariam constantemente diante de diferenças, ambivalências ou necessidades.

Ademais, cabe destacar que as relações produzidas entre sujeito e coletivo são permeadas por representações e discursos onde as identidades se fixariam e constituiriam no tempo e espaço em que estão inseridos. Neste tocante, Valdés (2012, p. 30) defende que as identidades se organizam e se articulam com os demais temas relevantes à constituição destas que, mesmo com suas reivindicações e rupturas, atuariam de forma a dar sentido à própria existência dos sujeitos e de seus coletivos.

É nesta perspectiva que Woodward (2000, p. 09) lembra que a história apresenta que toda identidade é relacional, ou seja, para existir depende de algo proveniente de fora dela própria, sendo a identidade constituída, em sua concepção, pela exclusão, onde um estranhamento sustentaria a percepção desenvolvida sobre “o outro” e as diferenças existentes. É demarcada, por exemplo, pelos símbolos, que criados e utilizados pelos grupos, dão significados aos sujeitos e suas relações.

A oposição decorrente do contato coloca em contraste as culturas, momento em que se afirmam as diferentes identidades e suas motivações, ao passo que também elementos econômicos, sociais e materiais se apresentariam como significantes compartilhados entre os sujeitos e seus grupos.

Assim sendo, é possível que as ações humanas, intencionais ou não, produzam práticas e contextualizações daquilo que ordena a vida do homem em sociedade. É nesta linha de pensamento que Giddens (2009, p. 05) defende que boa parte do conhecimento é “prático por natureza”, ou seja, “inerente à capacidade de prosseguir nas rotinas da vida social”.

Deste modo, para Giddens (2009, p. 8), a consciência discursiva e prática seriam flutuantes, mutáveis diante dos diferentes contextos das atividades sociais exercitadas pelos sujeitos. Lembra ainda que, apesar de os atores sociais poderem discursivamente informar sobre suas intenções, o mesmo não ocorreria no tocante aos motivos para os mesmos. Como dito, a consciência prática e discursiva não são rígidas, podendo ambas serem alteradas por aspectos de socialização e das experiências de aprendizagens trazidas e vividas pelos indivíduos.

Como ação humana, o fazer das referências culturais são efetivadas no tempo e no espaço, onde o pensamento e a prática dos homens estruturam e se representam no cotidiano da vida social. Cria

assim laços e referências que buscam integrar e regular as relações entre os sujeitos. Relações estas que estão imbuídas de poder que efetivam as identidades simbólico-culturais, suas contradições, diferenças, desigualdades e permanências.

Os movimentos culturais constantes evidenciam a constituição de sentidos desprendidos em face às simbologias e representações que, impulsionadas por sujeitos, instituições públicas e privadas, resultam em múltiplos arranjos sociais que, em seus diferentes ritmos, estabelecem estratégias de valoração, desenvolvimento e perpetuação daquilo definido como locais e saberes centrais de suas vidas em sociedade.

A heterogeneidade dos grupos em suas características materiais e imateriais, são resultado de processos identitários que, baseados na diferença e em conflitos culturais, influenciam os contextos sociais e diretamente a atuação das representações como local central dos sujeitos.

Tais representações, compreendidas como processos culturais que, conforme Woodward (2000, P. 17) estabelece identidades individuais e coletivas por meio de seus sistemas simbólicos a fim de dar respostas e sentidos às inquietações e questionamentos decorrentes dos próprios discursos e representações produzidos. Desta maneira, como ainda destaca a autora, se constituíram locais a fim de que os indivíduos possam se posicionar, bem como falar.

É neste cenário que as identidades poderiam ser reconstruídas e apropriadas para seu uso em sociedade. Desta forma que as representações se colocam como elementos centrais para a produção de significados que permeiam as relações entre os homens. Isso porque a cultura possibilita uma variedade de possibilidades em suas representações simbólicas e pelas relações sociais estabelecidas.

Neste campo de assimilações e litígios que Woodward (2000, p. 25) reflete a respeito da construção das identidades, as quais estariam alicerçadas em conflitos e na variedade de diferentes contextos. Esta ideia possibilita que se diga não haver uma história única que possa ser recuperada, isso porque distintas representações produzidas acerca de determinada ação, contexto, local ou objeto podem sustentar distintas identidades por meio de diferentes histórias. É neste cenário que, segundo defende a autora, contestações são produzidas em disputas políticas que almejam, em primeiro aspecto, a legitimação e o reconhecimento de identidades.

O jogo desenvolvido entre culturas que muitas vezes vivem e ocupam o mesmo espaço é marcado por estratégias onde a assimilação pela diferença faz, como traz Hall (2003, p. 53), a necessidade de reconhecimento da pluralidade multicultural envolvida nos movimentos de interesses, opressões e resistência diante deste contexto.

Esta diferença local enraíza diferentes tradições culturais, o que o autor destaca como sendo não binário, ou seja, a diferença se alicerça “em um sistema em que cada conceito (ou significado) está inscrito em um sistema dentro do qual ele se refere”. Tradições estas que, formadas de forma híbrida, funcionam como ainda nos argumenta Hall (2003, p.74) menos como doutrina do que como “um repertório de significados”. Isso quer dizer que as estruturas culturais estabelecidas buscam dar sentido ao mundo por meio das experiências vividas e compartilhadas.

Assim, poder-se-ia dizer que todas as culturas seriam um resultado histórico entre o contato entre culturas distintas, não existindo, como preleciona Burke (2010, p. 14), uma fronteira cultural “nítida e fixa” entre os grupos, mas sim um processo “continuum” de trocas entre estes.

Ideia assim igualmente é compartilhada por Bauman (2005, p. 35) ao defender que em um “mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam.” Deste modo, seria difícil identificar nestes encontros frequentes as fronteiras de início para cada grupo, o que muitas vezes tende a uma caracterização global e híbrida para os mesmos. Longe de exaltar os processos híbridos e as trocas culturais, Burke (2010, p. 17-18) não apresenta a temática como um simples processo de enriquecimento, mas sim lembrando e ponderando que tais processos ocorrem também em detrimento de alguém ou de algum grupo.

É assim que se pode arguir que não existam sociedades e culturas plenamente puras em suas práticas, representações e simbologias no âmbito cultural. Como campo igualmente plural, cabe ressaltar que se podem identificar processos culturais híbridos em distintos contextos, como objetos, arquitetura e também nas práticas e representações simbólicas.

Identidades em um tom cultural

Cabe, neste momento, uma reflexão a respeito da construção das identidades culturais, as quais devem possuir um reconhecimento coletivo a respeito de determinados comportamentos e costumes. Isso porque a cultura, construída também pelos processos memoriais, é sempre produção coletiva, não sendo possível seu desenvolvimento de forma individual. Neste campo que Burke (2010, p. 16-17) caracteriza a produção cultural como “[...] definindo o termo cultura em um sentido razoavelmente amplo de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações”.

Como cenário efetivado por múltiplas possibilidades de manifestação, a cultura pode ser caracterizada pela produção de elementos pelo homem em busca de uma distinção daquilo que seria “natureza”. Na necessidade de marcar e distinguir aquelas ações criadas pelo homem do resto é onde os grupos se apresentam diversos uns dos outros. É o que condiciona a própria existência dos seres humanos, onde sentidos e significados são mediados entre os sujeitos a fim de buscarem sentido às suas ações, bem como suas próprias existências.

Deste modo que Bhabha (1998, p. 20) aborda as questões de conflito e diferença pelo viés onde os mesmos, nesta condição, produzem novas formas de resistência e de identidades de onde se emergiria direitos, poder e inserção de novas práticas no seio das sociedades.

Cunham-se assim espaços que, fruto de reivindicações e conflitos, demonstram o processo contínuo onde a cultura está inserida, capaz de se organizar e expor de forma dinâmica e contínua, a fim de dar respaldo aos anseios do coletivo na atualidade.

É o que Chauí (1986, p. 25) aponta como sendo uma caracterização de lógicas e práticas que possuem sentido próprio e que são, em primeira instância, fundantes de um cotidiano e das vidas ali habitantes. Assim, aduz Montenegro (1999), é que a memória aparece neste cenário enquanto elemento base do processo reativo que os sujeitos produzem diante de suas realidades, o que opera de maneira a formar imaginários que constituirão referências para um futuro.

Entre imaginado e vivido que as identidades se elaboram e relacionam de modo a provocar, individual e coletivamente, a criação de um discurso histórico como seleção daquelas coisas experimentadas, vividas e idealizadas enquanto marcas de suas vidas. Como produtos das experiências, expressam limites em suas fronteiras, visto o processo seletivo se denotar elemento necessário entre o vivido e referenciado, sendo difícil, dentre outros aspectos, a memorização e a caracterização de tudo aquilo vivido ou produzido socialmente.

Na tensão de todos estes fatores que se têm como palco a associação daquilo que resulta a partir do vivido, estabelecendo descobrimentos e registros sobre aquilo que se delimita como correspondente das abordagens históricas do grupo. Constrói-se neste cenário, como traz Montenegro (1994, p. 24) distintos quadros históricos que se fazem apropriar por meio de suas expressões, dentre ela a oral, narrativa, que manifestam no presente ideias sobre um passado.

Como ainda defende Montenegro (1994, p. 35), são os acontecimentos (passados e presentes) que constantemente estabelecem representações a fim de projetar um campo de ação que configura socialmente os sujeitos, resgatando, inclusive, matrizes discursivas, símbolos e práticas que diferentes segmentos da população irão elaborar e assimilar, o que para o autor é condição de liberdade e cidadania.

A ideia de liberdade é trazida também por Bosi (1986, p. 18) ao defender que uma das características da cultura é “a de poder escolher, mudar de rumo”, sendo este processo fator de sobrevivência dos valores e das representações e símbolos dos grupos. Conforme ensinam Lago e Rotta (2018, p. 361, grifo nosso):

O verdadeiro impacto da cultura sobre o desenvolvimento será compreendido se a tomarmos como aquele substrato que organiza e orienta os modos de pensar, de agir e de viver das pessoas. A questão vai muito além de “vender” elementos culturais para gerar desenvolvimento. **É preciso compreender e assumir que nada existe fora da cultura**, que ela é a fonte das crenças e valores em função dos quais as pessoas organizam o que fazem e definem quem são.

Logo, é justamente na seara da mudança de rumos, ou dos processos de escolha, que se pode analisar a cidadania participativa como uma ferramenta de mudança sociocultural, a qual pode possibilitar a emancipação humana, o desenvolvimento pleno, bem como a salvaguarda das distintas

culturas existentes, além de fomentar e fortalecer, ao mesmo tempo, os processos democráticos, os quais necessitam constante aprimoramento.

Perspectivas acerca da democracia

A democracia se constitui, conforme ensina Bobbio (1993) em um conjunto de regras para a constituição de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar, o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas e o respeito às liberdades. Já para Kelsen (1929) a democracia dá a cada convicção política, a mesma possibilidade de exprimir-se e de buscar o ânimo dos homens através da livre concorrência.

O cidadão, ao fazer a opção pela sociedade de consumo de massa e pelo Estado de bem-estar social, sabe que está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidas em favor de burocracias privadas e públicas.

Por sua vez, Schumpeter (1942, p. 242) afirma que o processo democrático é um método político, um certo arranjo institucional para chegar a decisões políticas e administrativas.

Como se pode analisar, muitos foram os modelos e conceitos de democracia pensados ao longo do tempo como uma nova forma de organização social, no entanto, tais espaços foram ocupados, via de regra, por membros da elite e detentores de bens e capitais, que viam o povo apenas como legitimador de seus poderes e não como indivíduos preparados para ocuparem espaços relevantes de decisão e de governos. Demo (1996, p. 43) possui uma visão realista sobre o assunto, pois para ele:

Nossa sociedade é miserável em termos políticos porque ainda é uma senzala. A própria alegação constante de que somos um povo pacífico, que não deseja violência, esconde uma forma soturna e não menos gritante de violência, pois vende-se como como traço interessante o que no fundo não passa de marca da subserviência.

Tal afirmativa instiga a reflexão sobre aspectos não colocados em prática num sistema democrático, as falsas atuações e participações da sociedade nos assuntos que lhe dizem respeito e impactam diretamente. Essa não ação estaria relacionada a nossa história: baseada em falta de oportunidade e estímulo para participar, sendo a maioria da população como escravos de mandos e desmandos de quem possui o poder para tal.

Democracia é, nesta ótica, uma forma de governo e de organização social muito recente. Começa a ter força no imaginário e campos políticos no final do século 18 - tendo em vista que não era bem vista por muitos segmentos da sociedade. Ganhou força após a Segunda Guerra Mundial em especial na Inglaterra, França e Estados Unidos. Conforme ensina Demo (1996), houveram três ondas democráticas, sendo que a primeira onda ocorre entre 1828 e 1926 tendo como inspiração a Revolução Francesa, espalhando-se pelo Continente Europeu e América do Norte. Junto com ele houve uma ‘onda reserva’ caracterizada pela ascensão do fascismo e do nazismo ao poder.

A segunda onda ocorre entre 1943 e 1962 com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo. Esta onda foi levada para a Alemanha Ocidental, Itália, Áustria e Coréia do Sul. A ‘onda reserva’ que acompanha a segunda onda ocorre entre 1958 e 1975 com os golpes militares que resultaram nas ditaduras latino-americanas.

A terceira onda ocorre a partir de 1974 com a revolução dos ‘cravos’ que derruba a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano em Portugal. Estendeu-se para a América Latina no final dos anos 70 e início dos anos 80, se propagando para o leste europeu no final dos anos 90. Pode-se reparar que junto com estas ondas de democratização que ocorreram mundo a fora vieram acompanhadas de ‘ondas reservas’, as quais faziam um contraponto de resistência a estes movimentos democráticos e de liberdade.

Inicialmente os protestos eram a única forma de expressão e mobilização social. Com o tempo surgiram os primeiros grupos institucionalizados a lançar ações, como o grupo de Direitos Humanos e Feministas. No Brasil a participação política e democrática tem sido marcada por dois fenômenos importantes, como reforçam Coelho, Cunha e Avritzer (2006, p. 45):

A ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas. Do lado da sociedade civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário, uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação sobre políticas públicas.

Conforme alguns pensadores, dentre eles Bordenave (1994), na atualidade, se podem, epistemologicamente, dividir democracia em dois níveis: de baixa e alta intensidade. A democracia de alta intensidade pode ser caracterizada, contraponto a de baixa intensidade, as formas de participação na vida em sociedade experimentada em formas de organização além do Estado, a participação social busca no exercício compartilhado de poder, transformar as relações sociais e práticas culturais, que são perceptíveis no âmbito local, pois os indivíduos têm o direito de expressarem suas aspirações com liberdade e respeito às diferenças.

Pressupõe-se, nesta análise, a participação direta da sociedade no debate, na articulação de espaços criados e desenvolvidos para a captação de demandas e opinião para serem implementados pelos governos ou pela própria sociedade organizada. Bordenave (1994, p. 34) nos lembra que:

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que sofrem as consequências das decisões cá embaixo.

Quando se fala em democracia é essencial se falar em participação e mecanismos de inclusão da sociedade nos processos de gestão, atuação, fiscalização e decisão. Se pode citar como exemplos de ferramentas de participação e democracia de alta intensidade: os conselhos de políticas públicas

(municipais, estaduais, nacionais), as conferências (municipais, estaduais, nacionais), orçamentos participativos, audiências públicas, consultas populares, dentre outros.

Ressalta-se também a criação de entidades representativas da sociedade civil como associações, ONGs e OSCIP's para a atuação da comunidade em determinadas áreas de seu interesse. Podemos citar como exemplo as conferências nacionais que se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil, que têm desenvolvido uma tradição de conferências nacionais desde o início dos anos 1940, quando o governo Vargas convocou uma primeira conferência nacional de saúde, sendo potencializadas na última década em suas mais variadas áreas.

Estes elementos e ações representam um encontro entre governo e sociedade civil para definir meios bastante amplos da agenda de uma determinada política pública. Para Avritzer (2012, p. 35):

Esse padrão modificou fortemente a ideia de autonomia da sociedade uma vez que, por mais paradoxal que pareça, a sociedade civil que reivindicou a sua autonomia em relação ao Estado foi a mesma que reivindicou arranjos híbridos com a sua participação junto aos atores estatais durante a Assembleia Nacional Constituinte. A maior parte das IPs tem a sua origem nos capítulos das políticas sociais da Constituição de 1988. Essa foi a origem das formas de participação no nível local, tais como os conselhos e as formas de participação incipientes no nível federal durante os anos 1990.

As conferências nacionais se firmaram nos últimos anos como a principal política participativa do governo federal e são resultado das reivindicações populares garantidas na Constituição de 1988. No entanto, ainda não está completamente claro se as pessoas que participam das conferências e conselhos detêm as informações necessárias para tal e se o processo de decisão é fortemente influenciado pelo governo ou não. Também não está completamente claro se as decisões tomadas e deliberadas (em ambas situações) são implantadas a posteriori (ou não) e de que forma elas ocorrem. Sobre isso, Avritzer (2012, p. 35) comenta ainda que,

[...] há uma participação efetiva nas conferências nacionais que expressa continuidade com as formas de participação que surgiram no Brasil durante a redemocratização. Essas formas de participação têm começado a influenciar o comportamento dos atores da sociedade civil. No entanto, não está ainda claro como as decisões são tomadas nas conferências e como elas pautam, de fato, o comportamento do governo.

Luchmann (2010, p. 95) ressalta a importância da mobilização e a participação da sociedade civil organizada afirmando que:

Entre o conjunto de sujeitos deliberativos, destaca-se o papel das associações “secundárias”, na medida em que representam os interesses de uma ampla base social que, de outra forma, se encontra sub-representada. A atuação deste associativismo é fundamental para corrigir as desigualdades econômicas subjacentes e garantir “a competência regulatória requerida para a promoção do bem comum”.

Para o autor, um dos motivos para o associativismo das comunidades e grupos se referem ao fato destes serem sub-representados nas instâncias tradicionais, provavelmente pela falta de espaço e oportunidade, preconceito e injustiças perante a estes. Já Meiksins (1995, p. 13), por sua vez, critica o apoio do governo aos movimentos organizados, apontando que,

[...] as instituições representativas não surgiram como solução para a impossibilidade da democracia direta em grandes Estados; foram, desde o início, pensadas como uma forma de reduzir a presença popular no governo, reservando-o para homens com características de elite. Os cidadãos comuns não escolhem um representante para promover seus interesses, formulação que lhes concede o papel ativo. Ao contrário, eles apenas reagem diante das ofertas que o mercado político apresenta.

Desta forma, o desenvolvimento de alternativas para a participação social nas decisões governamentais parte também da falta de espaços para a grande maioria dos segmentos sociais, que acham em suas mobilizações uma opção para unirem-se em prol de um objetivo comum. Estas muitas vezes marginalizadas em sua atuação, justificadas segundo Bordenave (1994, p. 19-20):

Está em que a ‘marginalidade’ de alguns grupos não é, de maneira alguma, consequência de ‘atrasos’, mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido. O subdesenvolvimento de uns é provocado pelo ‘superdesenvolvimento’ de outros. Para que alguns possam acumular vastos patrimônios, outros necessitam ser explorados e sacrificados. Para que o poder se concentre em poucas mãos, a participação política da maioria da população deve ser cortada.

A falta de oportunidades e de instrumentos para a sociedade civil participar faz, muitas vezes, com que a única forma destes grupos terem suas demandas ouvidas e difundidas seja através de manifestações, greves, etc. A desigualdade que permeia a distribuição de bens, consumo e de acesso a direitos básicos ainda hoje para as camadas sociais menos favorecidas e exploradas pelos que detêm o capital são reflexo e resultado de um sistema que não inclui de forma democrática a sociedade, fazendo com que seus agentes busquem estratégias e formas de canalizar suas demandas e necessidades em prol de interesses particulares ou de alguns grupos isolados.

Uma das formas de participação e atuação social são as Organizações Não Governamentais, que são, segundo Delgado (2004) uma variedade ampla de grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo, caracterizadas por serem mais humanitárias ou cooperativas do que comerciais e objetivas. Representam a reivindicação de autonomia da sociedade civil por parte dos atores sociais, em particular, durante o período de democratização. Para Demo (1996, p. 93-94) elas representam,

[...] a forma mais operacional de levantar a cidadania, e que puxa fortemente pela competência dos grupos. Sua qualidade passa por critérios já mencionados anteriormente: representatividade das lideranças, legitimidade do processo, participação da base e planejamento participativo autossustentado.

Essas instituições captam e aglutinam as competências e qualidades existentes nos distintos grupos formadores da sociedade, que unem esforços e cooperação, legitimando demandas e auxiliando no desenvolvimento local e das instituições públicas – que são pressionadas a atuarem de acordo com as pressões exercidas por estes grupos.

É possível citar, também, que no Brasil, a criação do Orçamento Participativo pela Prefeitura de Porto Alegre (RS) no ano de 1989, que serviu de modelo a diversas cidades do mundo e que em suma possuía como objetivos principais: 1) participação aberta de todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; 2) combinação de democracia direta e representativa cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas, 3) Alocação de recursos para investimentos baseado na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, a compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros.

Trata-se de uma ferramenta onde a própria sociedade decide e elege suas prioridades locais para investimentos a serem alocados pelo Estado nas respectivas áreas escolhidas pela comunidade local, objetivando o desenvolvimento daquela localidade e a melhora da qualidade de vida desta população.

Neste processo baseado nos moldes do orçamento participativo possuem maior êxito aqueles grupos, setores e movimentos sociais melhor organizados e com poder de mobilização e articulação – em primeiro lugar para suas demandas serem incluídas na pauta de debate e depois para que o grande público (sociedade) as escolham (através do voto) como as demandas prioritárias para aquela região. Desta forma, demandas que não estiverem na pauta de grupos organizados terão dificuldade de serem consideradas por este processo participativo. Santos (s/a, p. 95), critica a democracia de baixa intensidade referindo que “quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extinção da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas”.

Na democracia de Baixa Intensidade as práticas democráticas servem apenas para constituir governos, sendo que não existem grandes processos participativos da população, atua de forma elitista e com jogos de interesses de grupos políticos. O cidadão comum não manifesta capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes a quem incumbe tomar as decisões em nome da coletividade.

Demo (1996, p. 70) compactua desta ideia ao afirmar que “o Estado aprecia participação enquanto for fonte de justificação ideológica, ou seja, enquanto não atrapalha. Para além disso, põe-se a coibir”. Isso nos remete a dizer que nem todo o governo possui interesse em legitimar os espaços de participação e mobilização social, nem gerir e administrar junto à sociedade e suas reais demandas, princípios e necessidades.

Com a chamada 3ª Onda de Democratização (nos anos 90) há uma melhor articulação entre representação e participação, sendo possível a busca de uma democracia de alta intensidade, a qual é caracterizada pela atuação da sociedade nos processos decisórios, através de ferramentas que legitimam sua atuação e debate.

Há grupos bem mais representados na política do que outros, sejam na totalidade ou nos interesses de um grupo específico. Alguns segmentos não possuem representatividade no governo, mas possuem poder e clamor na sociedade, fazendo da participação uma ferramenta de equilíbrio nos processos decisórios.

Para Avrizter (2014), os processos de libertação e os processos de democratização parecem partilhar de um elemento em comum: a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada dos atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Os meios de comunicação surgem e facilitam o acesso às informações referente às ações de seus representantes.

Apesar de a comunicação ter ampliado seu espaço na sociedade, há ainda uma significativa parcela da população ainda não possui acesso a veículos de comunicação como televisão e a rede mundial de computadores. Da mesma forma, segundo o autor, a atuação destes meios é realizada de forma precária, tendenciosa, estando seus mandatários a serviço de um pequeno grupo que na grande maioria das vezes não está interessado efetivamente nas causas sociais.

Durante muito tempo, conforme preleciona Avrizter (2014), a participação e representação não se articulavam. Hoje, cada vez mais a democratização caminha para a união entre representatividade e participação. Um representante eleito jamais tratará de todas as questões e temáticas relevantes da sociedade e, sendo assim, os indivíduos, que também possuem seus interesses, se mobilizam em prol destes, cabendo aos representantes eleitos cuidarem das demais áreas. Daí a importância de integrar participação e representação, para que num trabalho sinérgico a sociedade sane suas deficiências e melhore a vida de seus habitantes.

A teoria democrática apoia a integração entre representação e participação e sua articulação através dos conselhos, assembleias, orçamentos participativos, entidades, a fim de tornar a democracia realmente de alta intensidade, reduzindo ao máximo qualquer efeito de baixa intensidade, pois o sentido da democracia é ampliar a participação e inclusão de todos em uma gestão compartilhada.

Há de se fazer muitas críticas aos países que possuem sua democracia em baixa intensidade. Locais assim ficam presos a vontades de grupos e elites, o povo não é agente ativo dos rumos da sociedade, pois apenas delega poder e representatividade a quem considera superior. Regiões que não desenvolvem instrumentos de participação e debate comunidade-governo tendem a não se desenvolverem e seu futuro não será favorável às pessoas que nela habitam. A comunidade precisa ser ouvida e estar inserida nos processos decisórios, bem como se organizar na busca de garantia de seus direitos.

Nos locais onde as ferramentas existem, é preciso fazer com que estas sejam eficazes e tragam benefícios e desenvolvimento aos seus habitantes e naqueles onde é inexistente, criá-los. O controle social passa também pela fiscalização e monitoramento se o que for deliberado será realmente cumprido pelo poder público nos prazos e recursos estipulados.

Não restam dúvidas de que uma democracia de alta intensidade traz muito mais benefícios para a sociedade, tendo em vista às ferramentas de participação direta e indireta da comunidade que possui

a chance de ser ativa e atuante nos temas que dizem respeito aos seus interesses a do coletivo. Cabe à população se apropriar destes espaços, promovendo diálogos plurais e participativos em todas as esferas sociais, fortalecendo os processos de cidadania participativa.

Cidadania participativa: um caminho possível

Ao se adentrar na seara da política cultural, partiu-se da premissa de compreender que as singularidades dos indivíduos e grupos são, de fato, relevantes para o desenvolvimento social e humano. Sob esta perspectiva, o espaço político relativo à cultura é o território onde se reconhecem as expressões e pluralidades das vivências humanas.

Neste ínterim, o reconhecimento cultural passa, por consequência, a ter um tom político, na medida em que a sociedade elenca aquilo que deve ou não ser salvaguardado e/ou preservado, incentivado e valorizado por meio da tomada de decisões. Neste sentido, aquilo que é escolhido como cultural torna-se relevante para um grupo de indivíduos.

Seguindo este entendimento, Porto (2009, p. 36) questiona: “Quais os pilares de uma política de cultura pensada a partir desses princípios?”. Visando melhor dialogar acerca de uma possível resposta, Porto (2009, p. 36-37) elenca alguns itens, inclusive discutidos internacionalmente acerca da temática:

1. A promoção da diversidade cultural como elemento promotor de uma ética de convivência e de respeito à dignidade humana. O simples reconhecimento da diversidade cultural não conduz a percepção de que, apesar das diferenças culturais, todos têm direitos iguais e inalienáveis perante um corpo social que supera as diferenças e luta por justiça e igualdade.
2. Recuperando a noção de acesso como via de mão dupla, onde todos têm alguma coisa a aportar. Aos poucos a noção difusionista da cultura, como meio de melhorar o acesso da população à produção artístico-cultural vai sendo superada pela noção de diálogo e intercâmbio culturais, o que pressupõe que todos os atores sociais são capazes de produzir cultura e estão em condições de igualdade para trocar e experimentar novas práticas e experiências.

Neste viés, o acesso seria a promoção de um diálogo entre as distintas culturas existentes, fomentando, justamente a noção de solidariedade e cooperação entre estas, na medida em que tais ações promoveriam maiores recursos, bens e serviços culturais, tornando a sociedade menos desigual.

Este entendimento torna evidente que a noção de acesso à cultura requer ambientes comunitários e políticos de interesses favoráveis no que se refere a inserir as culturas na sociedade e sem suas práticas. Para Porto (2009, p. 39) “A cultura, tal qual ela é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente.”

Tais reflexões trazem à tona, ao mesmo tempo, o valor dado à cultura (ou às culturas) sejam elas as nossas ou as culturas que são aprendidas ao longo da existência dos indivíduos. Logo, as experiências culturais ocorrem a partir do diálogo e das trocas no contexto social. Ainda, pode-se

compreender e refletir a cultura enquanto capital social na promoção do desenvolvimento, conforme aduz Porter (2002, p. 33):

Um papel importante para a cultura na prosperidade econômica continuará existindo, mas poderá ser muito bem um papel mais positivo. Aqueles aspectos particulares de uma sociedade que originam inusitadas necessidades, habilidades, valores e modos de trabalho serão os aspectos característicos da cultura econômica. Os aspectos positivos da cultura, como a paixão da Costa Rica pela ecologia, a obsessão dos EUA com o conforto, a paixão do Japão por jogos e desenhos animados serão fontes vitais de vantagem competitiva difícil de imitar, resultando novos padrões de especialização internacional, à medida que os países produzam cada vez mais os bens e os serviços nos quais sua cultura lhes dá vantagem única.

Partindo das concepções de Porter (2002), pode-se considerar que a cultura analisada enquanto capital social pode ser identificada como uma espécie de ativo oriundo de países onde haja traços singulares no saber-fazer seja na esfera da arte, da culinária, do patrimônio material e imaterial, das memórias e dos agentes que promovem as culturas e as modificam e ressignificam.

Em sendo assim, sob a ótica de Porto (2002, p. 48), analisar o desenvolvimento pelo viés da cultura e da liberdade pode (e deve) ser uma possibilidade de ferramenta para esta e as futuras gerações. Neste modelo de análise, a cultura toma uma dimensão relevante, tornando possível pensar, inclusive, em novos atores, os quais podem fomentar, segundo a autora (2002, p. 49) “O que é inadiável: a capacidade de imaginar essa vida e de sonhar outras formas de viver mais solidárias, justas e por fim, alegres.”

Nesta seara, promover o desenvolvimento por meio dos processos culturais é, ao mesmo tempo, fomentar os processos de cidadania plena, a qual, para além de um direito, é também uma forma de os indivíduos se relacionarem em distintos contextos sociais. A título de melhor compreender a importância e a reflexão acerca da cidadania, Fortes e Nunes (2015, p. 4), prelecionam que:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. **Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.** Por extensão, a cidadania pode designar o conjunto das pessoas que gozam daqueles direitos (grifo nosso).

Logo, conforme aduzem Heller e Thomas Isaac (2003), a cidadania, para além de um direito, exige equidade nas relações, o que introduz também como prioridade, o “conviver” com as diferenças. Deste modo, no entender dos autores supra referidos, o satisfatório exercício da cidadania e das relações humanas acarreta, por consequência, novas nuances políticas e desenvolvimentistas, na medida em que insere neste campo indivíduos e grupos antes excluídos e/ou invisibilizados, tornando tais processos permeados pela cidadania participativa.

Neste contexto, como já reiterado, a democracia também se faz essencial para o avanço social, bem como para os processos de cidadania participativa, visando à superação das desigualdades e a garantia da dignidade da pessoa humana. Para Adorno (1995, p. 141-142):

[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. **Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata**, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia (grifo nosso).

Sendo assim, os processos de vivências interligados à democracia exigem, cada vez mais, a organização da sociedade civil no intuito de que todos os cidadãos participem dos processos sociais. Ao se falar em democracia, portanto, há que se ter clareza de que a mesma vai além do caráter representativo, que mantém no poder determinados grupos em detrimento de outros. Como exemplo palpável e emancipador acerca da democracia participativa tem-se em Ahlert (2006, p. 6) que afirma:

O exercício mais efetivo deste processo democrático tem sido o orçamento participativo, que vem sendo praticado em várias cidades e Estados do País; trata-se de decisões políticas para a aplicação de recursos e distribuição de renda, conforme as necessidades das comunidades organizadas através de conselhos populares.

Observa-se, conforme defende Genro (2001), a necessidade clara de desdemocratizar a democracia, e tais ações dependem da criação de novos mecanismos onde os interesses da maioria sejam efetivamente contemplados e as decisões futuras sejam, de fato, compartilhadas e debatidas.

Resta evidente, como já mencionado, que o papel dos cidadãos em uma democracia representativa não deve se limitar ao campo eleitoral, mas sim deve perpassar todas as searas sociais, seja a nível local ou global, o que fomenta, por consequência, a promoção da cultura democrática. Neste aspecto, Ahlert (2006, p. 13) refere que “a teoria participativa se preocupa com as possibilidades de efetivação da participação dos cidadãos nos processos deliberativos de formação da vontade estatal, de modo que essa participação possa influenciar as deliberações a respeito de políticas públicas. ” Deste modo, para Ahlert (2006, p. 13-14),

[...] a democracia é a organização de uma comunidade ou de comunidades humanas cuja normatização e organização das relações estão assentadas sobre um conjunto de leis constitucionais consensualmente construídos. Ela pressupõe a condição de cada indivíduo participar do processo democrático mediante a escolha de líderes e governantes (cidadania passiva) ou postular funções de governante e ou participar da discussão e decisão das políticas públicas a serem executadas pelo Estado (cidadania ativa).

Neste ensejo, ainda que a Carta Magna (CF) de 1988 traga em seu escopo fundamentos como cidadania, igualdade, pluralismo político e dignidade da pessoa humana, a soberania de caráter popular é um dos fundamentos da legitimidade para o efetivo exercício do poder político. Logo, como ensina Dagnino (2004, p. 103, grifo nosso):

A então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava **implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política.**

Diante disso, segundo Avrizter (2008), a experiência brasileira pós CF é claramente uma exceção (ressalvadas suas críticas) a ideia de que algumas deliberações sociais ocorrem às escuras, ou, por processos excludentes, vetando a participação cidadã. Para Avrizter (2008, p. 44), se construiu no Brasil “uma infraestrutura da participação bastante diversificada na sua forma e no seu desenho”.

Assim, para efeitos de análise e entendimento, a cidadania participativa preconizada junto à CF, e plenamente ativa, somente será possível quando todos os indivíduos desenvolverem, por meio dos processos de educação para a cidadania, a capacidade de analisar, compreender e opinar sobre as ações estatais para além do caráter individual, momento em que se fomentará, por consequência, o senso de solidariedade, cooperação e coexistência no mundo. Trata-se, pois, da concepção de que as demandas essenciais em um Estado democrático de direito devem, indubitavelmente, serem discutidos por todos os cidadãos. E aí está, uma vez mais, a “chave” para compreendermos a importância da cultura, especialmente a cultura política, como combustível e como condição para a ampliação e consolidação da democracia.

Todavia, como alerta nas discussões acerca de cidadania e participação cidadã, há que se dar à devida atenção aos processos de desmonte e invisibilidade das decisões democráticas a participativas oriundas dos processos neoliberais. Diz-se isso, pois, conforme aduz Brown (2015) o neoliberalismo não apenas solapa a democracia e seus processos, como, ao mesmo tempo, agride seus princípios, viola as culturas e as instituições, e menospreza o poder do povo. Para Brown (2015, p. 176):

Neoliberalismo então não apenas privatiza – transfere ao mercado para produção individual e consumo – o que era anteriormente garantido e valorado pelo Estado. Ao contrário, ele formula todas as coisas, todos os lugares, em termos de investimento de capital e apreciação, incluindo de forma central o homem.

Há que se resgatar, portanto, a ideia de sociedade preconizada junto a CF, não se permitindo que ações governamentais embebidas pelo neoliberalismo e pelo desmonte da participação cidadã ganhem (ainda mais) forma.

A prática do modelo de democracia representativa articulada no país após o processo de redemocratização está, diuturnamente, sendo atacada por um governo que escancaradamente pretende materializar a lógica neoliberal em cada campo da sociedade. Para Demo (1988, p. 18-19), existe a clara necessidade de a sociedade fomentar constantemente os processos de participação popular, todavia, não como status final, mas sim como uma constante construção. Sob esta égide,

[...] dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

Sob a ótica de Demo, no sentido de que a participação social deve ser uma constante construção, é possível perceber que nas práticas do neoliberalismo ocorre uma vazante dos Movimentos Sociais, bem como se torna evidente o enfraquecimento da mobilização popular. No entender de França e Pastor (2020, p. 5) “As Políticas Sociais Públicas de caráter neoliberal intensificam seu caráter paliativo e fragmentado. Exercem o controle sobre a população, não proporcionando sua emancipação, autonomia, liberdade e participação, mas reforçando a dependências das ações estatais, tornando-se um entrave à participação popular.” Para Demo (1988, p. 10) “o conservadorismo da posição liberal aparece como consequência nas posturas residuais das políticas sociais que são feitas apenas na proporção das sobras, com o sentido de compensar e desmobilizar bases populares”.

Por derradeiro, nos dias atuais se está diante de um visível e crescente retrocesso às culturas, à política, e à cidadania. Torna-se urgente a ocupação dos espaços públicos e participativos, bem como o fomento às ações estatais pautadas na transparência, no fomento às políticas públicas, e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos. Há também a urgência no empoderamento das classes excluídas e invisibilizadas, assim como à retomada, por parte do Estado, dos princípios democráticos preconizados junto a CF.

Considerações finais

Ao findar este ensaio teórico, resta como evidente que não se pode mais analisar a cultura por um único viés, eis que a mesma, diuturnamente, se modifica, ganhando caráter fluido e nômade. No mesmo sentido, é inadmissível que, nos dias atuais, existam culturas que se considerem superiores a outras, haja vista que cada povo possui riquezas e saberes singulares, e que é justamente na diferença que a cultura ganha forma e se enriquece.

Ao mesmo passo, resta evidente que o campo da cultura, assim como a seara das identidades e das diferenças, são terrenos férteis para os mais variados conflitos sociais, o que torna evidente a importância de espaços de participação cidadã, não apenas para a resolução das demandas emergentes, mas, ao mesmo tempo, para que se fortaleçam as boas práticas democráticas.

Por outro lado, ainda que a sociedade se perfaça múltipla, plural e dinâmica, é necessária uma visão que fomente o desenvolvimento humano e socioeconômico levando em conta, justamente, este contexto diverso e conflituoso. E, neste ínterim, percebe-se que “o povo não sabe a força que tem”, mais precisamente, no que se refere à cidadania participativa.

Tal afirmação se dá levando em conta a expansão das vertentes do neoliberalismo, haja vista o desmonte da participação social percebidos na realidade atual, não somente em nível de Brasil, mas em diversos países do mundo. Por vezes, é inquietante perceber a passividade dos cidadãos diante de tantos dramas de cunho social, dos diversos contextos de corrupção, da violação de direitos imposta a diversos segmentos da sociedade, e, mais recentemente, do avanço da fome que vem assolando (devido também à pandemia), diversos lares.

No momento em que o povo, por meio da efetiva participação e reivindicação, perceber sua força, se poderá vislumbrar um novo cenário social. Com isso, não se parte do entendimento de que todos os cidadãos possuem o devido discernimento acerca das lutas sociais ou da cidadania participativa, haja vista que “quando não se tem comida na mesa, se torna difícil debater sobre democracia e sociedade”, todavia, a participação é, sim, uma das ferramentas mais importantes e de maior impacto social disponível.

Por fim, se compreendendo o cenário atual, o qual está permeado por práticas sombrias de cunho neoliberal e populista, se tem a noção clara da complexidade dos problemas a serem enfrentados, todavia, defende-se que, por meio da tomada de consciência cidadã, pode-se pensar (ainda que utopicamente) que a sociedade pode e é capaz de transformar más experiências em ferramentas de mudança, equidade e cidadania.

Referências

- AHLERT, Alvori. Cidadania participativa: um referencial da educação física para uma educação cidadã. Revista electrónica diálogos educativos. Ano 6, nº 11, 2006.
- ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. Teorias da democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento. BIB, São Paulo, n. 88, 2019, p. 1-24.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28.10, 1995, p. 1-15.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008, p. 43-64.

- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.
- AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil, 2012.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação, 2014.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- BAUMAN, ZYGMUNT. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. 6ª ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. 6ª ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COELHO, Vera Schattan P. et al. Mobilização e participação: um jogo de soma zero? Um estudo sobre as dinâmicas de conselhos de saúde da cidade de São Paulo. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 121-139, 2006.
- DELGADO, M. V. M. O terceiro setor no Brasil: uma visão histórica. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 37, jun. 2004.
- DEMO, Pedro. Estado inevitável e necessário. In: *Transição democrática e política social no Brasil*. Brasília: UnB, 1988.
- DEMO, Pedro. Participação é Conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.
- DEMO, Pedro. Pobreza Política. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GIDDENS, Anthony. A constituição da Sociedade. Tradução de Alvaro Cabral. – 3ª Ed, - São Paulo/SP: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HELLER, P.; THOMAS ISAAC, T. M. O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia. In B. Sousa Santos (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa* (pp. 497-535). Porto: Afrontamento, 2003.
- KELSEN, Hans. *General theory of law and state*. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

- LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edemar. Sobre a relação entre Cultura e Desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura Redes. *Revista do Desenvolvimento Regional*, vol. 23, núm. 3, 2018, -, pp. 353-366.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2008.
- LUCAS, Doglas Cesar; CENCI, Ana Righi. A identidade latino-americana como problema e a necessidade de uma proposta intercultural. In: *Pós-colonialismo, pensamento descolonial e direitos humanos na América Latina*. André L.C. Santos, Doglas Cesar Lucas, Fernanda Frizzo Bragato [Orgs.]. Santo Ângelo. FuRI, 2014.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *A representação no interior das experiências de participação*. Lua Nova: São Paulo, 2007.
- MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3º Ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- PORTER, Michel. In Harrison, Lawrence e Huntington, Samuel. *A Cultura Importa: Os Valores que Definem o Progresso Humano*. Editora Record, 2002.
- PORTO, Marta. *Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades*. Marta Porto. – Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- POSSOLO, Raquel; MEGALI NETO, Almir. Democracia participativa brasileira: uma construção sob ataque. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 30, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista Tempo Social; Ver. Sociol. USP*, São Paulo, 5(1-2):31-52, 1993.
- SCHUMPETER, A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: abril Cultural, 1982.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. – Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Org. Tomaz Tadeu da Silva, Kathryn Woodward, Stuart Hall. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.
- VALDÉS, Eduardo Devés. *O pensamento latino-americano na virada do século: temas e figuras mais relevantes*. Tradução de Gilmar Antonio Bedin. Ijuí-RS. Editora Unijuí, 2012.